

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.114 - SP (2019/0296083-2)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : DANIEL TEREZA**  
**ADVOGADO : DANIEL TEREZA - SP309228**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : RODRIGO LORENCETE**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RODRIGO LORENCETE no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2209003-97.2019.8.26.0000).

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 1 ano e 9 meses de reclusão, em regime inicialmente semiaberto, pela prática dos delitos tipificados nos arts. 329, § 1º, e 331, na forma do art. 69, todos do Código Penal (e-STJ fls. 15/18).

Interposta apelação, a 2ª Turma Cível e Criminal do Colégio Recursal negou provimento ao recurso (e-STJ fls. 55/58).

Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fl.56):

JECrim – Art. 329, §1º e 331 do CP – Policial desacatado pelo réu – Resistência à cumprimento de mandado de prisão – Provas suficientes para condenação – Inexistência de motivos para duvidar das declarações dos policiais, ademais, verossimilhanças diante do caso concreto – Consunção entre os crime de resistência e desacato – Não aplicação no caso concreto - Condutas praticadas em momentos distintos, sendo clara a caracterização de duas ações autônomas e independentes – Pena aplicada em consonância com os princípios constitucionais da individualidade e proporcionalidade - Recurso Improvido.

Os embargos de declaração opostos não foram providos (e-STJ fls. 61/62).

Impetrado *habeas corpus* na origem contra a decisão colegiada que negou provimento ao recurso de apelação, o desembargador relator, monocraticamente, extinguiu o processo sem resolução de mérito sob o argumento de inadequação da via

# Superior Tribunal de Justiça

procedimental (e-STJ fls. 83/87).

Neste *writ*, a defesa alega que o Tribunal local manteve a aplicação do concurso material sendo que, na verdade, ocorreu o concurso formal, nos termos do disposto no art. 70 do Código Penal, pois "*as ações, desacato e resistência, foram cometidas no mesmo contexto fático, operando-se em um mesmo momento, isto é, quando da abordagem policial*" (e-STJ fl. 6).

Ressalta, ainda, que, apesar da quantidade de pena aplicada, foi estabelecido o regime prisional intermediário, em desacordo com o disposto no art. 33, § 2º, "c", do Código Penal.

Assere que a reincidência, por si só, não justifica o agravamento do regime inicial para cumprimento da reprimenda e invoca a Súmula n. 719 do STF.

Por fim, aduz a possibilidade de substituição da pena corporal por outras diversas da prisão, já que o réu não é reincidente específico.

Dessa forma, requer, liminarmente, a expedição do contramandado de prisão até o julgamento definitivo deste *habeas corpus*. No mérito, postula a aplicação do concurso formal de crimes, o abrandamento do regime prisional para o aberto e a substituição da custódia por penas restritivas de direitos (e-STJ fls. 3/12).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator